

 <https://doi.org/10.5335/srph.v24i2.17822>

Resenha crítica:

FAUSTO, Bóris. **A revolução de 1930: história e historiografia**. 16. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem”: os equívocos de *A revolução de 1930* sob uma perspectiva marxista de revolução

“Los hombres hacen su propia historia pero no la hacen a su libre arbitrio”: los conceptos erróneos en *A revolução de 1930* desde una perspectiva marxista sobre la revolución

“Men make their own history, but they do not make it as they please”: the mistakes of *A revolução de 1930* from a Marxist perspective of revolution

JAQUELINE UZAI TAVARES¹  

Resumo:

A revolução de 1930 é um marco da historiografia sobre o período, trazendo uma crítica às interpretações que derivam do que Bóris Fausto nomeia como a teoria do dualismo das sociedades dependentes latino-americanas, e que se desdobram em duas vertentes que o autor busca refutar. Na construção de suas críticas e na busca por rebater o que seria, na sua visão, uma interpretação inconsistente, a crítica de Bóris Fausto parte de uma concepção estanque e intencionalista de revolução burguesa, assumindo burguesia como sinônimo de industrialização, a partir de uma interpretação que toma as movimentações de classe de maneira antidialética, descolando as disputas entre poderes locais e o desenvolvimento das forças produtivas da dinâmica do capitalismo a nível local e global, passando ao largo das concepções totalizantes de mudança social empreendidas pelas análises marxistas que ele visa refutar.

Palavras-chave: Bóris Fausto. Revolução Burguesa. Revolução de 1930.

Resumen:

A revolução de 1930 es un marco de la historiografía sobre el period, trayendo una crítica a las interpretaciones que derivan de que Bóris Fausto nómina como la teoría del dualismo en la sociedades dependientes latino-americanas, y que se despliegan en dos vertientes, y que el autor pretende refutar. En la construcción de su críticas e en la busca por refutar o que sería en su visión una interpretación inconsistente, la crítica de Bóris Fausto parte de una concepción estanco y intencionalista de la revolución burgues, asumiendo la burguesía como sinónimo de

¹ Mestranda em História Social na Universidade de São Paulo (USP). Bacharel e Licenciada (2022) em História pela mesma instituição.

industrialización, a partir de una interpretación que considera las movimentaciones de clase de manera antidialéctica, desvincular las disputas entre poderes locales y el desarrollo de las fuerzas productivas de la dinámica del capitalismo a nivel local y global, y eludir las concepciones totalizadoras del cambio social emprendidas por los análisis marxistas que pretende refutar.

Palabras clave: Bóris Fausto. Revolución Burgués. Revolución de 1930.

Abstract:

A revolução de 1930 is a landmark in the historiography about this period, bringing a critic to the interpretations that came of what Bóris Fausto calls as the theory of dualism in the dependent latin-american societies, and that unfolds in two variants that the author seeks to refute. In the making of his critics and in the way to counter what would it be in his eyes an inconsistent interpretation, Bóris Faust criticism arises from a watertight and intentionalist conception of bourgeois revolution, taking the bourgeoisie as a synonymous of industrialization, from an interpretation that considers the class movements in an anti-dialectical way, detaching the struggles between local powers and the development of productive forces of the dynamics of capitalism at local and global level, and that it's far from the totalizing conceptions of social change that are undertaken by the marxist analyses that he aims to refute.

Keywords: Boris Fausto. Bourgeois Revolution. Revolution of 1930.

Considerações iniciais

Lançado em 1970 por Bóris Fausto, *A revolução de 1930* é um marco da historiografia do período. Estruturando seu livro a partir de três capítulos, em torno da crítica ao que ele chama de teorias das sociedades dependentes latino-americanas, Fausto visa contrapor às diferentes variações dessa interpretação. Nesse exercício, contudo, Fausto deságua em uma leitura estanque do conceito de revolução burguesa, que não considera as transformações políticas, sociais e econômicas que ocorreram no Brasil no período. Contrapondo os aspectos supostamente inconsistentes das teorias que buscava refutar, a tese de Fausto deságua em uma resposta simplista sobre a luta entre elites locais, que desconsidera totalmente aspectos totalizantes das lutas de classes e do contexto histórico do conturbado período. Além disso, Fausto, ao agrupar de maneira conjunta tais interpretações, passa ao largo das divergências teóricas existentes entre essas vertentes no caminho do seu objetivo fundamental - descartar a centralidade do conceito de classe na análise social.

Ao longo dos dois primeiros capítulos, o autor analisa e rebate as duas vertentes, enquanto no terceiro e na conclusão ele expõe a sua própria interpretação acerca do sentido da Revolução de 1930. Em sua visão, a Revolução de 1930 seria um momento de crise do Estado na Primeira República e de perda de hegemonia das oligarquias cafeicultoras. A obra começa com a exposição das teses com as quais irá dialogar. Segundo o autor, na teoria das sociedades dependentes latino-americanas, esse conjunto de países tem suas classes dominantes configuradas por um par antagônico: de um lado, o setor agrário exportador, ligado ao imperialismo e de outro, uma burguesia nacional. Esses setores seriam chave para entendermos a dinâmica da política latino-americana - e, por conseguinte, da brasileira.

Fausto discorda. Focando-se no episódio de 1930, ele visa rebater duas teses que derivam desse modelo explicativo: a da Revolução de 1930 como uma Revolução Burguesa, ou como levante das classes médias via Tenentismo. Segundo o autor, essas formulações configurariam um tipo “reducionista-classista”, incapaz de captar o verdadeiro sentido do movimento, e teriam se sustentado, sobretudo, pela sua relevância política para os movimentos nacionalistas e comunistas, influenciada por uma tendência de transplantar, para a realidade brasileira, um modelo de interpretação simplista sobre a história do Ocidente europeu.

1930: uma revolução burguesa?

A partir dessa crítica teórico-política, o autor passa então a examinar cada uma das interpretações detalhadamente. A primeira compreende a Revolução de 1930 como uma revolução liderada pela burguesia industrial. Visando a industrialização, esse grupo teria apoiado o levante de Vargas e se beneficiado de sua chegada ao poder. Fausto primeiramente se detém a caracterizar os industriais brasileiros nos anos 1920, antes de voltar-se para a análise de seu comportamento como categoria social. Fazendo uso do Recenseamento de 1920, da obra *Evolução Industrial do Brasil*, de Roberto Simonsen e do Almanaque *The World*, de 1928, ele caracteriza a indústria brasileira como composta sobretudo por ramos básicos de infraestrutura, unidades pequenas e localizadas em sua maioria em São Paulo, no então Distrito Federal e Rio Grande do Sul, com papel econômico secundário diante da agricultura. Os burgueses industriais, aqueles cuja produção era grande suficiente para diferenciá-los de um mero artesão, eram um grupo restrito, capazes de expressar seus interesses na esfera política, tendo, porém, dificuldades em concretizá-los.

A natureza dessa atuação é analisada por Fausto sobretudo através do posicionamento dos industriais nas eleições de 1930. Uma grande quantidade deles em São Paulo assinou um manifesto público de apoio a Júlio Prestes. De maneira geral, o setor estava relacionado ao PRP, partido de Prestes, conectado às velhas indústrias e aos cafeicultores. Isso ocorreu, entre outras razões, pela atuação do Partido Democrata. O PD, representando os interesses dos elementos descontentes do setor agrário e da classe média sob a influência deste primeiro, atacava os industriais e jogava esses nos braços de seu adversário eleitoral, o PRP. Nesse sentido, a campanha eleitoral da burguesia industrial foi a favor de Prestes, não de Vargas.

O autor projeta, portanto, a atuação nas eleições de um setor da burguesia para a totalidade de classe, reduzindo a política ao jogo eleitoral. Além de abarcar uma faixa limitada (ainda que majoritária) do setor industrial, tampouco considera que esses poderiam estar emaranhados política e economicamente com outros setores – como demonstra a própria aliança entre cafeicultores e industriais no PRP. Por um lado, não há sutileza na análise dessas interconexões. Por outro lado, Fausto não parece

apenas discordar do aspecto da indústria que aparece na obra dos autores que ele contrapõe - e que não tem suas interpretações citadas de maneira direta ao longo do texto - mas a partir desta análise do perfil industrial, descarta como um todo a possibilidade de pensarmos a 1930 como uma revolução burguesa, considerando tais interpretações, de maneira geral, como reducionistas.

Podemos observar ainda que a sua concepção de atuação política em prol de uma determinada classe se restringe às intenções e capacidade de suas frações específicas em fazer valer seus interesses de maneira explícita, direta e intencional. Nesse caso, colocar Vargas no poder e fazê-lo tomar medidas a seu favor. O caráter burguês do movimento é tomado considerando apenas a ação consciente, não como um processo de transformação estrutural da economia, da política e da ideologia que perpassa as classes dominantes para além de seu pleno controle. Tal interpretação do processo revolucionário distorce a concepção marxista de revolução e de transformação histórica, deslocando o caráter totalizante das transformações dos meios de produção, das relações sociais e da luta de classes em diferentes momentos históricos à ação consciente e determinada de frações e ou de sujeitos que compõe tais classes.

Segundo Fausto, contudo, não podemos nem ao menos considerar que há uma transformação nas relações de produção na instância econômica, ou a substituição imediata de uma antiga classe dominante pela burguesia industrial. Apesar de reconhecer que muitas medidas de Vargas tenham favorecido a burguesia - e que, como podemos observar fartamente na historiografia sobre o período, tenham resultado um processo de industrialização (ainda que limitado), na modernização Estado e das relações sociais, na regulação das relações de trabalho e na delimitação dos limites de mobilização do proletariado, na expansão do controle do Estado brasileiro sobre uma variedade de vertentes de atuação, resultando na criação de indústrias de base, mecanismos de educação, saúde e cultura públicas, fortalecimento dos mecanismos de repressão e, a médio longo e prazo, um franco desenvolvimento urbano-industrial - apesar de tudo isso, não há mudança estrutural.

O tenentismo na Revolução de 1930 e as classes médias

A segunda teoria debatida pelo autor toma a Revolução de 1930 como uma revolução das classes médias através do tenentismo. Nessa interpretação, a participação dos militares no levante consistiria em uma representação indireta dos interesses dos setores médios urbanos que seriam agregados ao projeto varguista, em oposição à burguesia nacional, formada por industriais, comerciantes e fazendeiros do café. Fausto começa novamente analisando a composição desses grupos, que classifica como bastante heterogêneos. Parte então a considerar sua relação com o tenentismo. Segundo o autor, há simpatia, mas essa não implica em uma conexão estreita de interesses, em parte também pela heterogeneidade do próprio movimento

Após a Revolução de 1930, com a entrada dos Tenentes no governo, há ainda a possibilidade de uma representação indireta dos interesses dos grupos médios, de maneira semelhante àquela colocada sobre os pequenos proprietários na França da década de 1850 em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tal representação não teria ocorrido, tampouco. As divisões internas do Tenentismo o tornavam contraditório, sem identidade ou capacidade de representar quem quer que fosse. Tenentes a parte, porém, o autor afirma haver, da parte da pequena burguesia, um certo entusiasmo por Vargas - sentimento que não está presente na burguesia industrial analisada no capítulo anterior. A teoria, contudo, também é descartada. Fausto, então, apresenta a própria hipótese: a verdadeira crise ocorre no Estado, na perda de legitimidade do antigo regime republicano. A Revolução de 1930 marcava o fim da hegemonia da burguesia do café, inaugurando um período de disputas no interior das classes dominantes.

Classe

No processo de crítica a essas teorias há um duplo movimento. Em primeiro lugar, o descarte da influência da atuação da *classe como classe* como um fator central da revolução: no primeiro caso da burguesia industrial, no segundo da pequena burguesia e setores médios. Em seguida, Fausto reconhece os ganhos desses grupos a partir de medidas do governo varguista, sem, contudo, atribuir a esses quaisquer sentidos de transformações estruturais, considerando as vantagens adquiridas e os resultados de longo prazo da revolução como meros efeitos colaterais secundários. Após realizar essa operação com ambas as teorias, Fausto apresenta a própria interpretação como capaz de explicar a Revolução de 1930, uma vez que, apesar de seus méritos pontuais, as teses refutadas seriam por demasiado simplistas em seu entendimento da dinâmica de classe ao fim do período da república.

A própria crítica se dá, porém, de maneira simplista. No esmiuçar da análise das teses que busca refutar, o autor foca na intencionalidade de frações de classe muito específicas, sem considerar essas em um quadro amplo. Não se discute, por exemplo, setores outros da burguesia industrial que não aqueles contemplados no capítulo 1, ou conexões entre setor financeiro e agronegócio, latifúndio e indústria. A tese da Revolução Burguesa toma as classes como categorias estanques, e não contempla como hipótese um processo de aburguesamento das classes dominantes existentes – mais do que uma mera substituição de uma oligarquia cafeeira por uma burguesia industrial.

A compreensão sobre as classes dominantes se dá de maneira pouco relacional, uma vez que são somente as disputas em seu interior que dão o tom da análise política, como uma mera disputa encastelada entre elites. Ofusca-se o papel das classes médias, do proletariado, dos camponeses, dos movimentos sociais e os partidos políticos operários nascentes, bem como a ameaça que esses representavam para essas mesmas classes dominantes. Analisando a chegada ao poder de um regime com simpatias fascistas em plena década de 1930, o autor ignora o fantasma do comunismo e os

movimentos operários, a alternativa antagônica que esses traziam para um capitalismo em crise e a maneira pela qual o fortalecimento do Estado e de seus aparelhos de repressão era um caminho para sufocar esse inimigo, caso bastante evidente na criação da Lei de Segurança Nacional, por exemplo.

Não se considera a maneira pela qual a relação dinâmica entre esses diferentes grupos ajudava a forjá-los. E, ainda, como a própria crise da Primeira República defendida por Fausto não é uma interpretação contraditória à ideia de que Revolução de 1930 seria uma Revolução Burguesa - que surge justamente como uma resposta histórica às contradições colocadas pela luta de classes naquele período, as quais a Primeira República, como governo representante de certos setores da classe dominante, é incapaz de responder, seja pelas dinâmicas econômicas gestadas a partir da Primeira Guerra Mundial, seja pelos novos atores políticos colocados em cena e fortalecidos pela própria crise do capitalismo a partir da Revolução Russa, das Greves do início do século e dos variados movimentos das classes subalternas que emergem em contestação à República Oligárquica, de Canudos à Revolta da Vacina.

A análise política focada na intenção de frações de classe, sobretudo daquelas no topo da pirâmide social, portanto, não é capaz de apreender as transformações políticas e econômicas pelas quais passavam as classes dominantes, tampouco de compreender a pressão que exerciam os movimentos operários em um mundo pós Revolução Russa vitoriosa e, ademais, a maneira complexa pela qual, a nível local e global, esses conflitos de classe se desenrolaram. Descartar a influência de cada grupo a partir da observação localizada de setores específicos não abarca a totalidade dessas relações, seja no que toca às mudanças nas formas de produção no Brasil ou a conjuntura mundial profundamente tensionada dos anos 1930.

Essa crítica caricaturesca da ideia de revolução burguesa como um levante intencional e planejado de burgueses industriais em seu tipo ideal se abstém de entender seu papel nas transformações pelas quais passa o Brasil nas primeiras décadas do século XX. A interpretação de mera perda de legitimidade de um antigo Estado apaga o caráter de classe desse Estado – ou ao menos o reduz a uma disputa enxadrística entre grupos dominantes de diferentes regiões, onde os outros setores são completamente desprovidos de influência. A análise do conflito entre essas diferentes oligarquias regionais constitui uma imagem estanque dessa disputa, em que ela se dá maneira deslocada tanto da relação com outras classes quanto das próprias transformações históricas que alteram a correlação de força dessas oligarquias na conjuntura em questão.

A rejeição categórica da teoria dualista das sociedades latino-americanas é entrecortada pela mesma tendência à simplificação enviesada da qual ele acusa seus defensores. Se há limitações na interpretação dessas teses acerca do caráter da burguesia no Brasil, há limitações na resposta de Fausto, que tampouco complexifica a análise dessas dinâmicas de maneira totalizante e, ao invés disto, opta por focar-se em um aspecto localizado deste cenário. No movimento de buscar tais teorias obsoletas, Fausto não apenas negligencia pontos teóricos centrais daqueles com quem debate (como a concepção dialética

de classe), como engloba matrizes interpretativas variadas em um mesmo conjunto, sem considerar como suas especificidades têm consequências relevantes para a interpretação da Revolução de 1930 e da sociedade brasileira do século XX como um todo, meramente por essas partirem da categoria da classe como sua base de análise.

Tomemos um exemplo. A crítica do autor observa que a interpretação do marxismo passa a considerar, a partir do VI Congresso da Internacional Comunista, a teoria dualista não mais pela oposição entre os chamados setores feudal e nacional burguês, mas os entende como conectados. Essa mudança na caracterização das classes dominantes do continente é tomada pelo autor como mero detalhe. Permanece a classe como categoria central para a análise social, os setores que na América Latina a compõem, a conceituação de revolução democrática burguesa. Se altera o sentido do horizonte político: sendo o latifúndio conectado à burguesia, essa deixa de ser aliada, e o caminho posto, sob a perspectiva comunista-nacionalista, é proletário e camponês. A revolução, porém, permanece. Observamos que há a permanência do sentido político revolucionário de ruptura com o capital e a centralidade da economia-política na análise dessas transformações, mas há uma mudança profunda nas visões conjunturais e, por consequência, nas táticas e estratégias derivadas de tal análise. São interpretações, portanto, com profundas divergências, mas que se aproximam por serem teorias marxistas revolucionárias.

Há de se perguntar se a rejeição da teoria da dualidade ocorre, portanto, por questões teóricas e histórias de divergência quanto às análises empreendidas, ou por suas consequências políticas, uma vez que as duas variações debatidas pelo autor constituem quadros um tanto diferentes do ponto de vista da caracterização da sociedade brasileira. Há diferença em dizer que não há antagonismos entre uma burguesia industrial e a elite cafeicultora, e dizer que não é relevante o caráter classista das disputas entre tais grupos e o restante da sociedade.

Os argumentos contra cada vertente também divergem e não é possível refutar as interpretações classistas, por tabela, a partir da negação da existência de uma classe industrial ideal antagonica à oligarquia rural. Observamos que o que há de comum às teorias contrapostas por Fausto é seu caráter classicista. Se o mero antagonismo entre os setores da classe dominantes é reducionista, entender sua relação de entrelaçamento não enriqueceria a compreensão acerca do capitalismo brasileiro, da dinâmica de classes e da própria relação entre Estado e Sociedade que Fausto tanto destaca?

O autor, porém, descarta as interpretações, colocando como solução uma crise de representação entre Estado (que não possui caráter de classe) e Sociedade (que aparece como um todo homogêneo), destacando disputas regionais, sem considerar como essas poderiam se relacionar com as transformações políticas e econômicas do país, bem como outros atores, na qual as regiões aparecem sem divisões e disputas internas - novamente, sem caráter de classe. Na busca em combater às

simplificações das teorias dualistas e reducionistas classistas, Fausto empobrece a própria interpretação justamente ao descartar a classe, em seu devir dinâmico e dialético, como categoria de análise. Ademais, a leitura de uma crise na República Oligárquica que se relaciona com as disputas regionais e o antagonismo entre Estado e sociedade não apresenta também, em certa medida, um antagonismo entre setores da classe dominante?

Considerações finais

Os méritos de uma crítica aos modelos supostamente estanques das teorias das sociedades dependentes latino-americanas caem por terra quando a própria crítica está menos preocupada em destrinchar as nuances e aprofundar a análise do que em minimizar, e para não dizer - descartar - a classe como categoria de análise social. O esforço de crítica, para atingir tal aprofundamento, ao invés de empreender uma cruzada contra uma caricatura de marxismo, necessita compreender, em toda sua complexidade, o contexto do Brasil dos anos 30: um país que há poucas décadas deixara a escravidão para trás; ainda caracterizado por um caráter predominantemente rural e que via aos poucos a formação de um proletariado urbano; que tinha uma matriz econômica voltada para a exportação e uma base industrial ainda incipiente e dependente de outras nações para a produção de alta complexidade; que era entrecortado por disputas regionais entre suas elites, mas também pelas disputas entre as próprias classes dominantes (em processo de aburguesamento) e suas classes dominadas (em processo de proletarianização). Tudo isso em um mundo que vira uma guerra mundial, uma revolução proletária e a assistia, ainda sem compreender plenamente, a ascensão do fascismo.

Neste complexo palco, dizer que havia disputas entre oligarquias é dizer muito pouco. Neste complexo palco de disputas, o conflito entre explorados e exploradores não é uma redução. Para que análise dessas dinâmicas no contexto específico do Brasil não decaia em simplificações, necessita-se em um estudo aprofundado das fontes e da historiografia que nos permita apreender a factualidade dos processos e dinâmicas da época, mas, mais do que isso, uma ruptura com a própria concepção burguesa de revolução burguesa. Exige uma superação da compreensão fragmentada do processo histórico, das leituras aparentes dos sintomas e da ignorância das forças latentes que os gestam, da naturalização das dinâmicas da sociedade burguesa e do caráter classista dos estados que as regem, dos focos idealistas e intencionalistas sobre os sujeitos e suas vontades. Afinal, exige uma leitura de história que compreenda que os homens a fazem, mas não a fazem como querem.

Referência

FAUSTO, Bóris. **A revolução de 1930: história e historiografia**. 16. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.